

**A CIÊNCIA NAS LUTAS DE CLASSE: O MATERIALISMO HISTÓRICO NA PRODUÇÃO
COMPARTILHADA DO CONHECIMENTO PARA O PROJETO DA CLASSE
TRABALHADORA**

**LA CIENCIA EN LA LUCHA DE CLASES: EL MATERIALISMO HISTÓRICO EN
LA PRODUCCIÓN COMPARTIDA DE CONOCIMIENTO PARA EL PROYECTO DE LA
CLASE TRABAJADORA**

**SCIENCE IN CLASS STRUGGLES: HISTORICAL MATERIALISM IN THE
SHARED PRODUCTION OF KNOWLEDGE FOR THE WORKING CLASS PROJECT**

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v16i3.63462>

Bruno Souza Bechara Maxta¹

Deise Luiza da Silva Ferraz²

Janaynna de Moura Ferraz³

Cecília Sepúlveda Del Rio Hamacek⁴

Resumo: O artigo discute a ciência nas lutas da classe trabalhadora, destacando a importância da produção de conhecimento científico como parte do processo da emancipação humana, ainda que sua produção também esteja submetida à divisão técnica do trabalho. A análise aborda a experiência do Movimento Operário Italiano e da Medicina Social Latino-americana, por meio da utilização de diferentes formas do instrumento técnico-científico da Produção Compartilhada de Conhecimento, em suas contribuições e limites. Conclui-se que diante da dinâmica capitalista, a questão não passa por controlar a ciência, mas em transformá-la, orientada na e pela classe trabalhadora para superar as limitações impostas pelo capitalismo e avançar na sua emancipação.

Palavras-chave: Produção de conhecimento. Emancipação. Ciência. Classe trabalhadora. Luta de classes.

Resumen: El artículo discute las ciencias en las luchas de la clase trabajadora, enfatizando la importancia de la producción de conocimiento científico como parte del proceso de emancipación humana, aunque su producción también esté sujeta a la división técnica del trabajo. El análisis examina las experiencias del Movimiento Obrero Italiano y la Medicina Social Latinoamericana, a través del uso de diferentes formas del instrumento técnico-científico de Producción Compartida de Conocimiento, destacando sus contribuciones y limitaciones. Concluye que, ante las dinámicas capitalistas, la cuestión no radica en controlar la ciencia, sino en transformarla, guiada por y para la clase trabajadora, para superar las limitaciones impuestas por el capitalismo y avanzar en su emancipación.

Palabras clave: Producción de conocimiento. Emancipación. Ciencia. Clase trabajadora. Lucha de la clase trabajadora.

Abstract: The article discusses science in the struggles of the working-class, emphasizing the importance of scientific knowledge production as part of the process of human emancipation, even though its production is also subject to the technical division of labor. The analysis examines the experiences of the Italian Workers' Movement and Latin American Social Medicine, through the use of different forms of the technical-scientific instrument of Shared Knowledge Production, highlighting their contributions and limitations. It concludes that, in the face of capitalist dynamics, the issue is not about controlling science but rather transforming it, guided by and for the working class, to overcome the limitations imposed by capitalism and advance its emancipation.

Keywords: Knowledge Production. Emancipation. Science. Working Class. Class Struggle.

Introdução

Inquirimos neste ensaio⁵ as mediações entre a luta de classes e a ciência, a partir de experiências de lutas pela saúde, para propalar a chamada Produção Compartilhada do Conhecimento (PCC) (BECHARA-MAXTA; EBERHARDT, 2021) como um meio de ação que possibilita conjugar o materialismo histórico com o horizonte das lutas da classe trabalhadora. A unidade entre as experiências das diferentes categorias de trabalhadoras organizadas e a ciência na produção de conhecimentos para o enfrentamento dos problemas sociais e da saúde foi debate presente na Medicina Social Latinoamericana (MSL).

Na década de 1980, Laurell (1984) se referia ao Movimento Operário Italiano (MOI) como sendo uma referência instrumental para o conhecimento e enfrentamento da nocividade do trabalho fabril nos territórios de produção. Em seu tempo histórico, a generalização das revoltas e as efervescências operárias nos locais de trabalho diante da intensidade da exploração capitalista pós-segunda guerra mundial permitiram avançar as formas operárias de democracia direta nas plantas produtivas. Assembleias, delegados e conselhos de fábricas foram os instrumentos que aglutinaram, reorganizaram e conduziram as lutas gerais de dentro para fora das fábricas. Nestes movimentos, a aliança entre sindicalistas, operárias, profissionais de saúde, docentes e discentes da Universidade de Turim possibilitou o início de movimento mais ativo da classe operária na luta pela saúde também na produção de conhecimento científico sobre a sua condição.

Laurell (1984), em seu clássico *Ciencia y experiencia obrera: la lucha por la salud en Italia*, pensando a relação entre as ciências e as lutas da classe trabalhadora na conjuntura latino-americana, apontou os limites das concepções do pensamento crítico da esquerda no século XX sobre o papel da ciência para a classe trabalhadora. Para a autora, haveria três posições conceituais-políticas acerca das ciências na sua relação com a luta de classes. A primeira posição pressupõe o caráter neutro das ciências e sua aplicação prática para a atuação da ala mais significativa das pesquisadoras até a década de 1980. Buscava-se o controle democrático da produção científica no constructo do que a autora identificou como a defesa de uma ciência para o povo, advogada por Jaubert e Lévy-Leblond (1980). Daí tal movimento sustentar o controle das ciências no campo das lutas de classe, disputando a mediação do Estado para realocar os problemas e abordagens epistemológicas, na tentativa de mitigar o pulso burguês sob a sua ofensiva à classe trabalhadora.

A segunda posição apontada sustentava que o conteúdo de classe das ciências, entendia as suas teorias e tecnologias como instrumentos produzidos no âmbito da produção capitalista, logo sob aplicação e controle da classe dominante sob certas concessões à classe trabalhadora. Diferentemente da primeira fração, esta não tratou apenas de controlar democraticamente o processo científico-técnico no âmbito do Estado, mas de assumi-lo enquanto pertencente à classe trabalhadora passível de orientá-lo sob novas teorizações e abordagens metodológicas considerando uma rearticulação do conhecimento existente aos seus objetivos e intencionalidades dessa classe (LAURELL, 1984).

Já a terceira posição, negou as teses de controle e/ou de transformação das ciências e suas tecnologias aos interesses da classe trabalhadora, posicionando-se em nome da sua simples e ampla destruição no âmbito das lutas de classe. Tal posição sustentou um certo conservadorismo no pensamento crítico na medida em que forneceu abertura para a manutenção da concepção de neutralidade social do

processo científico-técnico entre a classe trabalhadora, ainda que sob a contradição de seu caráter destrutivo na ordem do capital (LAURELL, 1984).

Ancorada na segunda posição, Laurell (1984) acenou para a necessidade da compreensão das ciências pela classe trabalhadora como questão central na produção capitalista na esteira do assim chamado projeto histórico da classe ou da sua capacidade para a organização de lutas não somente aos interesses econômicos corporativos particulares de suas frações, mas aos seus interesses gerais para os enfrentamentos à ordem do capital. O debate sobre o estatuto científico das ciências no movimento das lutas de classes foi assim problematizado no que tange i) a necessidade de um processo científico-técnico como parte do projeto de classe; e, sobre ii) a relação entre esse processo e a classe que o sustenta.

Em linhas gerais, o seu apontamento reconheceu a divisão social do trabalho como uma das categorias que têm limitado a participação da classe trabalhadora de maneira sistemática e formalizada no processo social de geração do conhecimento; e que outros processos científico-técnicos e conceituais podem advir dos movimentos da classe trabalhadora uma vez que, na tessitura das lutas emancipatórias, implicam a constituição de um novo sujeito social com abertura para um processo de conhecer e transformar a realidade.

Nesta linha, é possível a produção de um conhecimento científico da e pela classe trabalhadora que permita a produção de um projeto de emancipação da classe, ainda que na história recente, a experiência mais avançada, o MOI, tenha manifestado os limites do movimento do projeto de classe e da produção do conhecimento pela classe trabalhadora, como apontaram recentemente, Stotz e Pina (2017), ao reintroduzem os questionamentos de Laurell (1984) acerca das experiências do MOI e igualmente à produção de conhecimentos à classe trabalhadora.

Na perspectiva de Stotz e Pina (2017), a experiência operária (da classe trabalhadora) é forma de conhecimento de cariz política e ética: política, no sentido de transformação do saber da experiência em saber político para a ação; e ético, pela orientação comprometida com uma emancipação de classe. Para tanto, defendem uma produção do conhecimento, não necessariamente de natureza científica, articulada no enfrentamento aos problemas imediatos da classe trabalhadora “na direção da luta pela emancipação da ordem social burguesa” (STOTZ; PINA, 2017, p. 10-11), trata-se, portanto, de uma produção de conhecimento sob a perspectiva e diretiva da classe trabalhadora. Ademais, em sua linha argumentativa, a questão e a importância que a ciência poderia desempenhar nessa luta, encontrou resposta fora da esfera da análise da produção de conhecimento científico. Nada nos disseram sobre a concretude das contradições da ciência, que a impossibilita que seja um elemento da luta de classes ou mesmo a superação (ou manutenção) da sociabilidade da ordem do capital. Para responder a pergunta da investigação por eles enfrentada, a saber: “qual a importância que a ciência pode desempenhar nessa luta?”, após décadas de debates a resposta veio da arte e não da ciência, como seria de se esperar: eles recorrem ao personagem Galileu Galilei de Bertolt Brecht: “Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar a canseira da existência humana” (BRECHT, 1991 *apud* STOTZ; PINA, 2017, p. 2).

Daí o preocupante aceno desse horizonte ético da ciência, circunscrito apenas à “aliviar a canseira da existência humana” (BRECHT, 1991 *apud* STOTZ; PINA, 2017, p. 2), sequer mencionando a

possibilidade de emancipar a existência humana da ordem do capital a partir da apreensão das suas necessidades históricas. Essa contraditória resposta à autoindagação da importância da ciência para a luta de classes, ao desconsiderar, ao menos, os outros dois debates possíveis sobre o lugar e o papel dos cientistas na produção científica e a própria produção na relação social capitalista, tende a nos colocar esquivadas/os do debate crítico acerca da questão, e mais próximas/os à terceira corrente de teorização política acima apresentada, pois seria necessário aniquilá-la por ser um instrumento sob uma ética destrutiva da unidade da classe trabalhadora no pensamento e atuação sobre a produção das ciências no capitalismo.

Com Marx e Engels (2005, p. 57), os questionamos: “Que demonstra a história das ideias senão que a produção intelectual se transforma com a produção material?” As ciências, como produtos do trabalho humano subsumidos à relação social capitalista, precisam ser assumidas sob a apreensão permanente de seus movimentos e desenvolvimentos enquanto questão pela classe trabalhadora em luta.

Sob a provocação da crítica parcial ao conhecimento científico na ordem do capital apresentado por Stotz e Pina (2017), e avançando na apreensão das bases essenciais para a produção de um conhecimento científico da e pela classe trabalhadora já introduzida por Laurell (1984), este ensaio oferece uma reflexão acerca do caráter de classe das ciências como contribuição também ao debate da Produção Compartilhada do Conhecimento (PCC) para além da questão saúde da classe trabalhadora.

Neste sentido, o debate perpassa pelos caminhos da luta pela saúde (BECHARA-MAXTA; EBERHARDT, 2021), mas avança visando às demais lutas da classe trabalhadora que tanto aplicam e demandam o aporte teórico e instrumental das ciências às questões enfrentadas, quanto produzem e buscam a sua retomada sob um movimento combativo para a emancipação humana. Para tanto, assumimos a última questão posta pelos primeiros autores: qual é a função das ciências na relação social capitalista?

Demonstraremos que não se trata de destruir a prática científica, mas de revolucioná-la, tal como fizeram Marx e Engels (2007) ao criticarem a filosofia alemã de sua época. Para estes autores, fora necessário superar o limite da filosofia até então existente, não o ato de filosofar. Na esteira da análise sobre a função da ciência, a situamos com suas tecnologias no capitalismo e localizamos a cientista como uma trabalhadora, ainda que improdutiva neste modo de produção. Colocamos, também, as bases para a superação da dicotomia entre trabalhadores operários e gestores, técnicos, engenheiros, ou seja, a dicotomia ainda presente no pensamento de Stotz e Pina (2017) sobre o ser da classe trabalhadora.

Aprofundaremos as análises de Laurell (1984), no que diz respeito à raiz da submissão da classe trabalhadora a um modo de ciência, a ciência burguesa, não assentada na divisão social do trabalho enquanto trabalho intelectual e trabalho manual, e sim, na cisão dos elementos do processo de trabalho que constitui as classes, isto é: a propriedade privada dos meios de produção e a transformação da capacidade de trabalhar em mercadoria força de trabalho. Após a explanação destes elementos, seguiremos no debate crítico sobre a relação entre as ciências e as experiências de produção do conhecimento de trabalhadoras, em especial, sobre qual o lugar destas experiências para a produção de um conhecimento científico necessário às lutas da classe trabalhadora. Por fim, retomaremos a contribuição de Laurell apresentando sucintamente uma reflexão sobre o materialismo histórico: o modo de produzir conhecimento comprometido com a operação do salto qualitativo do pensamento do particular imediato à totalidade concreta, forma, portanto, de

apreender as ciências no prumo dos movimentos, contradições e tensões de classe para um devir revolucionário.

O Movimento Operário Italiano enquanto forma de produção compartilhada do conhecimento para as lutas particulares e gerais da classe trabalhadora

As experiências operárias entre as décadas de 1960 e 1980 – a saber, o MOI e as experiências latino-americanas, que na confrontação de classes assumiram formas de produção de conhecimento que possibilitasse a elaboração de estratégias para a superação dos processos de exploração, demarcaram a materialidade do apontamento crítico realizado por Laurell (1984) que destacou a dificuldade destas composições efetuarem o salto abstrato necessário da particularidade das lutas da classe trabalhadora à totalidade concreta.

Dentre as iniciativas do MOI destaca-se a Comunidade Científica Ampliada (CCA) que estabeleceu as bases para o desenvolvimento de um método de produção compartilhada de conhecimentos sobre as condições de nocividade e adoecimento no trabalho na relação com aspectos da reprodução da classe trabalhadora italiana. A CCA foi orientada por quatro posições centrais: a experiência operária, a não delegação, o grupo homogêneo e a validação consensual. Em linhas gerais, a atuação guiada por essas posições reconheceu a centralidade das experiências das trabalhadoras em relação à sua situação de saúde no ambiente de trabalho, o valor do envolvimento de todas as trabalhadoras na luta pela saúde por meio da não delegação tanto da produção do conhecimento sobre o trabalho a especialistas como das reivindicações para a sua mudança, e a construção de um grupo homogêneo que compartilha a experiência que se investiga e se valida o conhecimento produzido em conjunto de forma consensual (PEREIRA, 2017).

Em Pereira (2017, p.17):

A ideia de uma Comunidade Científica Ampliada contrapunha-se a uma perspectiva de ciência centrada apenas nos conhecimentos do especialista e que desconsiderava o saber dos sujeitos, nesse caso, os trabalhadores. Buscava assim uma reorientação da perspectiva científica positivista, ao legitimar uma variedade de saberes, visadas e linguagens, valorando todas igualmente e direcionando o foco de intervenção para problemas concretos, vivenciados no cotidiano das pessoas envolvidas.

Para o debate epistemológico, as rupturas ontológicas com a corrente dominante funcionalista do pensamento médico e das engenharias passaram a considerar os fenômenos estudados como parte integrante da sociedade, portanto não mais analisados por meio de saberes elaborados sob as leis científico-técnicas de matriz biologicistas e físico-mecânicas, mas sob as relações sociais históricas que guardam as pontes que interessam ao novo campo buscar identificar em suas particularidades e totalidade. As ciências e suas tecnologias da saúde, particularmente, da crítica médica, foram assim defendidas como partes dinâmicas da formação socioeconômica, cujas explicações encontram-se em seu interior, se constituem como unidade com historicidade própria no capitalismo.

Em outras palavras, reconheceu-se que as ciências e os seus instrumentos advêm dos movimentos dos avanços e recuos do movimento das classes em luta cotidiana pelo controle do processo de produção material da vida e, não, primordialmente, das necessidades (de saúde) das populações ou do

desenvolvimento do saber (do trabalho científico-técnico) na sua institucionalidade do Estado. O método do movimento operário, além de método de ação e aprendizagem, se configurou também como método de socialização do conhecimento.

Com a sistematização analítica das experiências do MOI *vis a vis* ao uso de seus instrumentos metodológicos, a luta da classe trabalhadora na América-Latina pode partir de um ponto em que a negação da concepção de ciência e suas tecnologias coadunadas e aplicadas sobre os problemas sociais para a sustentação do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas fosse uma tarefa consciente apreendida como parte do projeto de luta (LAURELL, 1984).

No entanto, a experiência operária italiana foi questionada por Stotz e Pina (2017), particularmente, sob uma entendida redução metodológica nas CCAs inflexionada pela política sindical operária. Para os autores, coube tanto ao campo do conhecimento biomédico, quanto à esquerda partidária nas organizações operárias daquele contexto italiano um certo ônus à ofensiva burguesa frente a monetização⁶ e delegação assistencial aos acidentes e adoecimentos operários, a exemplo, da real e concreta imposição burguesa de negociação ponto a ponto das problemáticas identificadas entre sindicatos e as empresas (a exemplo dos riscos e danos físico-químicos nas plantas de produção), e a incorporação de novos corpos técnicos para a atuação sobre as questões de saúde e ambiente nas plantas de produção (advento do que hoje se entende enquanto área de atuação e profissão técnica de saúde e segurança do trabalho).

Faltou aos autores supramencionados se debruçarem sobre as situações da materialidade para que pudessem melhor apreender as formas como as ciências e as experiências assumidas nas frações da classe trabalhadora em luta na Itália dos anos 60 do século passado (e porque não dizer também nas lutas operárias no Brasil) foram constituídas, disputadas, apropriadas e reproduzidas pelo capital. Daí que suas questões residiram, por um lado em saber (e responder) se a relação entre as experiências operárias e as ciências teriam possibilitado a superação da separação entre a teoria e prática nas lutas operárias, e por outro indagar sobre quais são os interesses de classe que estão em luta, contra o quê, como e pelo que os trabalhadores lutam.

Talvez pelo fato dos autores se manterem sustentados por uma concepção idealista de experiências operárias, uma certa concepção de dualidade entre elas e as ciências pareceu demarcar a primazia do conhecimento dos operários ante os conhecimentos produzidos pelas trabalhadoras da ciência sob a institucionalidade burguesa. Sobre a defendida relação entre o experimento operário e as teorias no enfrentamento concreto à exploração capitalista do trabalho e à dominação política e ideológica burguesa, pouco consideraram que tanto o saber operário quanto o pensamento científico produzido pela classe trabalhadora são forjados no modo de produção capitalista, em especial, que as experiências operárias são constituídas também pela materialidade das ciências presentes no sistema de maquinarias e controles subjetivos do processo de trabalho. Lembremos a consideração de Marx (2013, p. 459) “(...) no sistema da maquinaria, a grande indústria é dotada de um organismo de produção inteiramente objetivo que o trabalhador encontra dado como condição material da produção”.

Na ordem do capital, se a objetividade é sustentada pelas ciências aplicadas sobre a natureza, aos instrumentos de trabalho e à própria força de trabalho, nos distintos processos de trabalho é pressuposto

que máquinas exijam a instrução da classe trabalhadora, tanto para o seu manejo quanto para a sua reprodutibilidade e inovação.

Sobre essa questão, Laurell (1984) e Laurell e Noriega (1989) já nos chamaram a atenção para a necessária apreensão das experiências operárias de luta na relação com as bases técnicas dos processos de trabalho, uma vez que neles se encontram elementos essenciais de sustentação da exploração da força de trabalho sob a categoria gramsciana nexo psicofísico, no limite do seu desgaste e reprodução.

A vida na indústria demanda um tirocínio generalizado, um processo de adaptação psicofísico a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de hábitos etc, que não é inato, natural, mas que deve ser adquirido (GRAMSCI, 2008, p. 44).

Daí que os instrumentos presentes nas experiências do MOI e das seguintes lutas operárias pela saúde assumirem a fábrica como o lugar, o conselho de fábrica (ou outra composição concedida à classe trabalhadora nas plantas de produção) enquanto momento, e o conhecimento das ciências presentes na produção, enquanto matrizes para a elaboração de instrumentos para o registro de dados e informações, e de teorização (pensamento) sobre os processos de trabalho na produção capitalista.

Aprofundando a análise material e histórica da experiência do MOI também sobre a produção do conhecimento para a ação operária, Laurell (1984), reconhecendo o caráter burguês da ciência e colocando em tela as experiências no campo das lutas de classe italiana do seu tempo, indagou: “Estamos diante de uma via distinta para a geração de um mesmo conhecimento ou, ao contrário, as mudanças metodológicas originam um conhecimento novo, não gerado por outra via?” (LAURELL, 1984, p. 73, tradução nossa). A autora buscou saber se, em tal experiência, foi possível produzir um conhecimento cujo método e conteúdo servissem ao interesse necessário da classe trabalhadora, particularmente, se esta experiência superou as particularidades dos interesses econômicos e políticos imediatos de classe e se expressou no campo do pensamento a totalidade das questões assumidas enquanto a síntese das múltiplas determinações no movimento das lutas para a emancipação da classe trabalhadora.

Em termos metodológicos, a inovação do MOI se sustentou na forma de gerar o conhecimento a respeito das questões não necessariamente de interesse dos operários organizados, mas das frações da classe trabalhadora que também assumiram a fábrica como constituição e instrumentalização do CAA para as lutas gerais da classe.

Como método de ação e aprendizagem, a experiência do MOI, em um primeiro movimento, permitiu que a luta pela saúde abandonasse as fronteiras da perspectiva médica, oportunizando uma luta não monetizadora da saúde de quem trabalha. Fruto desse complexo processo, a insígnia “Saúde não se vende, não se delega, se defende” foi tecida ao passo da concepção coletiva de que as questões de saúde são das trabalhadoras e trabalhadores, portanto não alienáveis ou renunciáveis ao capital. Logo, a responsabilidade pela sua apreensão e assistência não deve ser transferida ao capitalista, sendo tarefa necessária à luta para a unidade de classe contra as formas de exploração da sua força de trabalho.

Sobre a questão da saúde na reprodução da classe trabalhadora para o enfrentamento ao capital, o MOI assumiu uma “conceitualização da saúde do trabalhador que está implícita nas lutas por ela”⁸ (LAURELL, 1984, p. 74), cujos meios e instrumentos se desenvolveram sobre as nuances das correlações

de forças entre o capital e trabalho; ademais de servirem de resistência às suas apropriações e reversões pelo capital contra a classe trabalhadora.

O MOI foi um instrumento organizador da contestação e da criatividade operária, e ao mesmo tempo atuou como método de socialização do conhecimento movido também pela “reapropriação dos modelos científicos dominantes e pela recuperação da experiência operária” (LAURELL, 1984, p. 76, tradução nossa), ou seja, a retomada das ciências pela classe que as produzem catalisadas nas lutas com abertura para composição do projeto histórico de classe. Essa experiência só não foi mais potente pelos limites do movimento já indicados por Pina e Stotz (2017) e Laurell (1994).

No âmbito da política, os primeiros destacam a inflexão partidária sindical; no âmbito da ciência, a autora destaca a não-generalização do conhecimento no âmbito dos CCAs ou das sínteses que permitissem extrair dos conhecimentos particulares nas fábricas as teorizações gerais necessárias às estratégias e táticas operárias em curso face a contraofensiva do capital materializada no que denominamos de reestruturação produtiva que se colocava em curso.

O modo como o MOI operou a produção do conhecimento o constitui como um método de ação, de aprendizagem e de socialização do conhecimento da classe trabalhadora. Porém, ao assim ser, gerou suas próprias contradições, posto que a contraofensiva do capital exigiu que a ação da classe trabalhadora se movimentasse permanente e intensamente sobre questões, apreensões e direções sindical-políticas. Em sua conjuntura, a chamada reestruturação produtiva italiana não foi apenas a alteração da tecnologia presente no processo produtivo, mas também da organização do trabalho, fazendo ruir, desde o ambiente fabril, as condições que engendraram a experiência operária produtora de conhecimento e, ainda, tornou obsoleto o conhecimento particular já produzido. A cada ofensiva operária, novas contraofensivas burguesas desafiavam a resistência e a organização da classe trabalhadora para que em outros espaços – não restritos a cada grupo homogêneo ou ao conselho de fábricas – fossem incorporados sob atualização dos métodos de conhecimentos para a ação. (LAURELL, 1984)

A experiência do MOI aponta que toda e qualquer forma operária de apreensão da realidade advém de formas/métodos contidos na materialidade do capital; é, e tem sido, por meio desta materialidade que a burguesia interpela a originalidade da produção do conhecimento pela classe trabalhadora em permanente movimento de apropriação dos seus instrumentos para a valorização do capital. Ademais que as ciências, enquanto elementos presentes na materialidade do capital, são constituintes das experiências operárias em luta. A questão a saber, e apontar, seria menos a relação das ciências entre a teoria e prática nas lutas operárias e mais sobre quais pulsos de composição de classe e revolucionamento estas ciências estão sendo produzidas e implicadas.

Avanço das forças produtivas: as ciências subsumidas ao capital e a luta de classes ou qual é a função das ciências na relação social capitalista?

Para uma compreensão e instrumentalização pela classe trabalhadora voltada para a produção de um conhecimento adequado a necessidade da sua emancipação, expomos neste item algumas reflexões

acerca da i) necessidade do conhecimento científico para o desenvolvimento do capitalismo, ii) a divisão técnica do trabalho, que especializa uma parte da classe trabalhadora para a atividade científica e outra parte para o conhecimento limitado à experiência imediata do processo de trabalho subsumida à tecnologia do e para o capital.

A ciência apropriada pelo capital

Frisa-se, a ciência não é fruto do capitalismo, trata-se, de um processo de aprendizagem racionalmente controlado acerca da natureza e voltado para a aplicação prática da vida, não obstante a tecnologia decorrente desse processo foi pressuposto para a consolidação da subsunção real do trabalho ao capital, a partir da já posta subsunção formal.

É nesse sentido que Marx (1980, p. 162, tradução nossa) afirma “o capital não cria a ciência, senão a explora, apropriando-se dela no processo produtivo¹⁰”; e ao apropriar-se, a converte em sua força produtiva, determinando os limites do desenvolvimento científico-tecnológico segundo as necessidades de sua expansão.

Não há como desconsiderar que a prática social de produção de conhecimento tem em suas determinações o caráter de classe e, que seu conteúdo tende a ter como horizonte o comprometimento à reposição das condições de perpetuação da sociedade de classe, ainda que para isso necessite, epistêmica e metodologicamente, criar os mais diversos meios para obliterar as contradições do real no campo do pensamento. (FERRAZ; CHAVES; FERRAZ, 2018)

O caráter de classe da ciência é mencionado por Laurell (1984), que afirma que o seu conteúdo é moldado pela composição e conflitos entre capitalistas, a pequena burguesia estatal e a classe trabalhadora, que a produz ou a maneja nas esferas de produção e circulação das mercadorias, não sem os impulsos e os freios dos processos científicos. É na aplicação da ciência que “se escolhe as opções tecnológicas que garantem a dominação burguesa sobre o proletariado¹¹” (LAURELL, 1984, p. 63, tradução nossa).

A sua limitação, em última instância, está expressa na medida em que o desenvolvimento científico interessa conforme a potencialidade da sua teorização e instrumentalização tecnológica se efetivem como medidas contrarrestantes, isto é, enquanto respostas às necessidades de valorização dos capitais particulares no bojo da determinação das taxas médias de lucro que tendem à queda. Conforme Marx (2018, p. 282), a “queda da taxa de lucro e a acumulação acelerada só são diferentes expressões do mesmo processo na medida em que ambas expressam o desenvolvimento da força produtiva”. É da natureza do movimento de valorização o revolucionar de suas bases técnicas, a força motriz da produção técnico-científica no aprofundamento da divisão técnica do trabalho no capitalismo. Partimos dessa explanação, ainda de forma abstrata e sucinta, para avançar na demonstração da base de um pensamento crítico que permita identificar a ciência sob a determinação das necessidades da reprodução ampliada do capital.

Cabe destacar que nos distanciamos das críticas à Laurell (1984) feitas por Stotz e Pina (2017, p. 5). Para os primeiros, a autora não teria demonstrado as bases da autonomização da ciência face à classe trabalhadora por ter se mantido no nível abstrato de reflexão. Laurell, assim como igualmente fez Marx

(2011), não nega a capacidade do intelecto de abstrair para apreender o mundo em suas múltiplas determinações e contradições reais, ou seja, admite a capacidade humana de transpor o ser do objeto para o pensamento, isto é, a abstração aqui não é um problema, mas o único meio possível de elaborar, por exemplo, que a ciência e das suas tecnologias não estão apartadas da esfera da produção, e, portanto, “livres” dos interesses de classes.

Perscrutar a base que permite que a ciência seja determinada pelas necessidades da reprodução ampliada do capital, demanda enfrentar a questão do aprofundamento da divisão técnica do trabalho, sobretudo porque, diferente do que apontam Laurell (1984) e Stotz e Pina (2017), não é essa a base para a subordinação da ciência ao capital, ainda que seja seu efeito e a condição de sua reposição subordinada. Além disso, tal subordinação tampouco explicar-se-ia pela separação entre teoria e prática, como indicam Stotz e Pina (2017), pois isso colocaria acadêmicos de um lado a massa de trabalhadores (instrumentalizados pelas mercadorias da ciência) do outro, não nos parece o caminho mais acurado para a questão do afastamento entre a ciência e a emancipação humana).

O aprofundamento da divisão técnica do trabalho, enquanto expressão da divisão social do trabalho no capitalismo, não é por si só definidora dos elementos do processo de trabalho (objeto e meios), a questão é o uso social destes elementos: eles se defrontam com o trabalho vivo como valor a ser valorizado. É nesse sentido, inclusive, que Laurell (1983) aponta a necessidade não apenas de analisar a matéria-prima e os meios de trabalho presentes no processo produtivo, mas de investigar por que tal elemento natural se tornou matéria-prima e quais os determinantes sociais que impõem a máquina ser como está sendo, de tal modo que o trabalho vivo lhe seja apêndice.

Sobre a divisão social do trabalho, conforme aponta Marx e Engels (2005), somente é verdadeira divisão quando esta se expressa na distribuição entre trabalho manual (material) e trabalho intelectual entre grupos humanos distintos, logo engendrada pela existência de condições de produção que libera grupos de indivíduos da necessidade de produzirem os bens necessários à reprodução material da existência para dedicarem-se às atividades da gestão e da política da organização social com fins da reprodução das relações sociais da comunidade¹².

O aprofundamento da divisão do trabalho nas sociedades pré-capitalistas, como demonstra Cotrim (2015), gesta a dissolução natural e espontânea da comunidade em que o próprio aprofundamento da divisão do trabalho foi necessário, porém, é diferente na sociedade capitalista. Inclusive, por isso, ainda que Stotz e Pina (2017, p. 5) mencionem que “[...] em todas as sociedades divididas em classes há a separação entre teoria [trabalho intelectual] e prática [trabalho manual]”, a raiz dessa divisão e seus desdobramentos necessitam ser apreendidos em suas particularidades.

Cotrim (2015) explica que a sociedade capitalista constitui uma forma de sociabilidade em que a divisão do trabalho, ao aprofundar-se, repõe a forma da propriedade adequada à produção determinada pela troca ao invés de dissolvê-la. Isso porque o desenvolvimento produtivo conserva e expande a forma-capital. Cada nova divisão do trabalho cria o seu produto novo como forma de valor e, assim, como capital (COTRIM, 2015). É no percurso desse aprofundamento que o

[...] modo capitalista de produção irá alterar o modo como se dá a divisão entre trabalho material e trabalho intelectual. Progressivamente, as atividades materiais e intelectuais tanto se misturam em sua realização concreta quanto adquirem idêntico caráter social (COTRIM, 2015, p. 383)

Isto é, trata-se do caráter do trabalho abstrato.

Nas formas sociais pré-capitalistas, o trabalho intelectual demarcava uma classe em relação às outras que se ocupavam do trabalho dito manual: as atividades de transformar os meios materiais em bens necessários à reprodução da vida na e para a comunidade. Neste sentido, a forma social em que se gestou a forma capitalista caracterizava-se também por ser o conhecimento acerca da produção um saber empírico do produtor. O conhecimento que estava posto acerca do controle da natureza para fins práticos da reprodução imediata da vida era de domínio do produtor e tais saberes eram conquistados pela experiência e transmitidos segundo suas relações imediatas de dependência - neste sentido, um saber empírico rudimentar. Era o produtor (e sua família) quem trabalhava. Ele dominava o processo de trabalho: sua organização, duração e intensidade. Os meios necessários para a produção eram os meios de seu e para o seu trabalho, cujo excedente era socializado segundo forma determinada pela posse comum da terra, forma de propriedade a qual também correspondia a necessidade da produção particular ter como fim a reprodução da comunidade e não a troca.

Com o desenvolvimento de relações de assalariamento, possibilitadas pela libertação do produtor de suas condições de produção e pelo acúmulo de riqueza monetária nas mãos dos não-produtores que a investia na forma de capital, a produção particular para a reprodução da comunidade passa a ser determinada pelas necessidades da reprodução expandida do valor, ou seja, da valorização do valor que somente ocorre pela existência da exploração da trabalhadora livre. Porém, no seu primeiro estágio, o capital somente pode explorar o trabalho a partir das bases técnicas e do saber que lhe estava disponível, trata-se da submissão formal do trabalho ao capital (MARX, 2013).

O saber sobre o processo de trabalho pertencia a quem trabalhava, ainda que, no prumo da valorização do valor, demandasse a necessidade de discipliná-lo para controlá-lo de forma heterônoma, pois, já neste estágio, os objetos e os meios de trabalho se confrontavam com o trabalhador como coisa alheia, como mercadoria-propriedade privada de outrem, como cota da forma valor a ser valorizado no processo de produção de mercadorias. O saber do produtor assalariado sobre o processo de produção é diminuído pela mesma parcialização das atividades que aumenta a força produtiva do trabalho.

A mesma necessidade que reduziu o saber do produtor assalariado, fazendo-o parte de um organismo social como meio para o aumento da força produtiva do trabalho determinado pela necessidade da troca para a valorização, determinou a submissão da ciência à técnica produtiva. Um determinado modo de produção demanda uma forma determinada de ciência que somente pode emergir da sua forma já existente. É “a aplicação técnica da mecânica, da química, etc.” (MARX, 2013, p. 454) que combina os diversos processos parciais articulando-os objetivamente enquanto processo produtivo total. Nesse movimento de aplicação técnica do conhecimento científico acumulado, produzido pelos membros das então classes dominantes, é que constituiu o solo sob o qual se desenvolveu a grande indústria.

A grande indústria teve, pois, de se apoderar de seu meio característico de produção, a própria máquina, e produzir máquinas por meio de máquinas. Somente assim, ela criou sua base técnica adequada e se firmou sobre seus próprios pés. [...] Com a maquinaria, o meio de trabalho adquire um modo de existência material que condiciona a substituição da força humana por forças naturais e da rotina baseada na experiência pela aplicação consciente da ciência natural. (MARX, 2013, p. 458-59)

A apropriação da ciência como ramo específico de exploração capitalista não ocorre de modo imediato. O capital primeiro se apropria do saber científico acumulado de forma gratuita, como se apropria das forças naturais. A necessidade de aperfeiçoamento das técnicas produtivas e a concorrência são o que levam ao assalariamento do trabalhador intelectual e a produção da ciência como um ramo particular do capitalismo (COTRIM, 2015, p. 405).

A produção do conhecimento científico enquanto manejo da atividade intelectual da classe burguesa na produção material e ao controle da reprodução da força de trabalho necessária a esta finalidade, se desenvolve e se autonomiza enquanto campo de exploração capitalista, ao passo que a sua finalidade responde a uma necessidade do capital para o aumento das forças produtivas do trabalho subsumidas a ele.

Logo, o desenvolvimento do conhecimento científico determinado pela necessidade do aumento capitalista das forças produtivas do trabalho coloca, para a classe detentora de seus meios de produção, também a necessidade de instrumentos investigativos cada vez mais complexos (maquinaria especializada na produção de conhecimento produzida enquanto mercadoria) e a especialização de um número maior de trabalhadores aptos a atuarem na produção concreta desse conhecimento, ou seja, a mercadoria força de trabalho qualificada ofertada pelo que chamamos de cientistas.

O trabalho intelectual e os operários da ciência

O resultado do trabalho dos operários da ciência¹³ se converte tanto em meio para o aumento das forças produtivas ao determinar quantitativa e qualitativamente as demandas por força de trabalho, quanto em ponto de partida para produção de novas necessidades sociais, ao objetivar-se, seja nos meios de produção (tecnologias físicas), seja nos meios de controle da cooperação (tecnologias de gestão) e/ou em novas mercadorias para o consumo. O resultado do trabalho científico é base para criar novos campos para a expansão capitalista. Porém, uma vez produzido o conhecimento, ele não necessita ser reproduzido, ele pode ser repassado, transmitido, aplicado; mas não produzido novamente.

Assim, para Cotrim (2015) o trabalhador da ciência é um trabalhador improdutivo para o capital, pois o conhecimento científico enquanto produto do trabalho não é reproduzível, não se constituindo, assim, como uma mercadoria cuja reprodução custe algo ao capital, ainda que produzi-lo possa ter sido um custo para os capitais particulares. Por exemplo, uma forma de “recuperar” o que investiram na produção de um determinado conhecimento é acionada por meio da renda derivada de patentes e royalties.

Vale salientar que o avanço das forças produtivas faz da ciência uma atividade dos membros da classe explorada, mas, de modo algum isso é suficiente para que haja o controle da produção do conhecimento pela classe que produz, pois o trabalho dos operários da ciência se equaliza no trabalho social

enquanto trabalho abstrato e expressa o aprofundamento da divisão do trabalho que repõe a propriedade enquanto propriedade privada dos meios de produção, de modo que a dissolução da sociedade capitalista não ocorre de forma espontânea e natural em decorrência da divisão do trabalho social.

Assim, nas sociabilidades pré-capitalistas, se por um lado, o conhecimento e a experiência do produtor acerca do processo de trabalho garantiam a reprodução de uma forma social que espontaneamente geraria as condições de sua dissolução em decorrência da forma de apropriação; por outro, mantinha o produtor alheio ao controle do metabolismo social, tarefa destinada às classes intelectuais dominantes que, então, apreendiam o mundo de forma mais totalizada.

Na sociabilidade capitalista, está sob a responsabilidade da classe trabalhadora as tarefas de produzir as mercadorias e também os meios científicos necessários ao processo de valorização, bem como os meios necessários ao controle da incontabilidade do capital¹⁴; porém, novamente, alertamos que isso não cria espontaneamente uma ciência da e para a classe trabalhadora, posto que ela está no mesmo movimento que tanto recoloca a propriedade privada dos meios de produção nos quais estão objetivadas “as enormes potências da natureza e do trabalho social massivo” que constituem o “poder do ‘patrão.’” (Marx, 2013, p. 495); quanto aprofunda a especialização do trabalho, intensificando o isolamento das trabalhadoras em geral.

Tal isolamento, é lido por Stotz e Pina (2017, p. 5) em sua forma mais imediata e, por isso, tomado como uma divisão entre teoria e prática. Com a teoria (conhecimento) apartada da prática (experiência) tem-se uma ciência que está “separada dos problemas concretos enfrentados pela classe trabalhadora” (STOTZ; PINA, 2017, p. 5). Porém, destacamos que o que determina que cientistas, em geral, não produzam soluções para os problemas da classe trabalhadora reside antes na subsunção da ciência ao capital, que, por sua vez, produz tais problemas cujas resoluções são sempre parciais, no bojo das concessões burguesas.

A não dissolução espontânea da sociabilidade capitalista se reafirma e demanda um ato consciente da classe trabalhadora: a consciência de que as condições capitalistas, ao aprofundar a divisão do trabalho, aperfeiçoou ainda que de forma limitada por seus interesses, as possibilidades do ser humano dirigir sua intencionalidade sobre a natureza, afinal a divisão do trabalho em sua expressão geral permite o aperfeiçoamento das habilidades humanas sobre objetos e meios de trabalho, pois ainda que seja uma divisão social do trabalho que se dá para atender aos interesses da reprodução capitalista do valor, ainda assim há valores de uso sendo produzidos. Ou seja, a partir do conhecimento aperfeiçoado sobre a natureza e o social tem-se a potencialidade de efetivar relações de produção controlando a produção dos valores de uso sem a necessidade de esta ser determinada pelo valor de troca, ou seja, pela necessidade de valorização do valor.

É neste sentido que Cotrim (2015, p. 258) resume, a partir de Marx, os dois imperativos da necessidade revolucionária, que não pode mais ser espontânea e natural, por duas razões: a primeira delas é que não existe, na forma de propriedade que caracteriza o capital, a tendência à desagregação pelo desenvolvimento. [...] O caráter contraditório da unidade social capitalista “jamais pode ser explodido por metamorfoses silenciosas”, como foram as formas sociais pré-capitalistas. [...] A segunda razão é que uma sociedade conscientemente controlada pelos indivíduos não pode se estabelecer sem que os próprios indivíduos tenham consciência da necessidade de uma tal transformação social, da necessidade de controlar a própria atividade e força produtiva.

Tais imperativos colocam a discussão sobre a produção do conhecimento científico para as necessidades da classe trabalhadora numa relação direta com a necessária constituição de uma consciência de classe, mas que, por sua vez, é permanentemente obstaculizada pelo mesmo movimento que a põe: o aprofundamento da divisão do trabalho como meio de reposição da propriedade privada.

O aprofundamento da divisão social do trabalho sob o modo de produção de capital unificou trabalho manual e trabalho intelectual na esfera da produção e da (re)produção de uma classe, a classe trabalhadora, subsumindo ciência à técnica, e intensificou o isolamento dos membros desta classe ao aprofundar o grau de especialização requerido pelas atividades parciais necessárias à produção total. Enquanto cientistas assalariados, do qual o processo de trabalho é disciplinado e controlado pelo capital – a despeito das inúmeras discussões de carácter epistemológicos e metodológicos¹⁵, ou melhor, por meio delas – produzimos um produto cuja socialização depende de sua conversão em tecnologia que aperfeiçoa a subsunção do trabalho ao capital, seja este o trabalho do próprio cientista, seja dos demais trabalhadores intelectuais e manuais ocupados na produção e circulação imediata de mercadorias.

A consciência de classe correspondente à necessidade da prática revolucionária exige, portanto, um conhecimento que desvele o carácter da sociedade capitalista, como já apontava Laurel (1984, p. 90) ao reivindicar o materialismo histórico para a apreensão do processo de produção da saúde e doença, e ao reconhecer tal intencionalidade na experiência do MOI na realidade concreta das lutas de classe de seu tempo, como foi mencionado na introdução.

Não desconsideramos que a autora tenha atribuído ao MOI a potencialidade de superar a separação entre a divisão capitalista do trabalho cuja característica definidora seria a separação entre concepção e execução do trabalho (respectivamente, trabalho intelectual e manual), tarefa, que como demonstramos, a própria necessidade do processo de valorização já realizou; e juntamente por isso, destacamos que a potência do MOI esteve em converter tal unidade que constitui a classe trabalhadora – ser a produtora tanto da ciência e sua tecnologia, quanto das mercadorias resultantes de processos de trabalho, subsumidos ao capital por meio dessa mesma ciência – em força para a produção de um conhecimento que sirva a sua classe.

Assim, urge a necessidade da produção de um conhecimento revolucionário para superar o limite posto pelo capital ao seu desenvolvimento científico, conhecimento este que só pode emergir pela prática da classe trabalhadora. E, a produção de um conhecimento que não parta de conceitos fenomenológicos, mas do ente objetivo – em sua objetividade e subjetividade – analisando-os tal como aparece e perscrutando-os em sua origem e desenvolvimento contraditório (MARX, 2011) já é em si a expressão da posição de classe do cientista consciente de seu lugar na reprodução da sociabilidade capitalista (FERRAZ, 2022). Se por um lado, essa posição subjetiva do cientista – que objetivamente como demonstramos é trabalhador assalariado, ainda que improdutivo – tem a potência de garantir a produção de um conhecimento que revela a necessidade da revolução, por outro, o carácter especializado dessa atividade de trabalho e a lógica interna da indústria do conhecimento tendem a disputar, logo, a reduzir, a produção e a socialização de qualquer conhecimento que se opõem ao capital.

São efeitos da produção capitalista o permanente tensionamento sobre a organização da classe trabalhadora, cujos movimentos contraditórios na correlação de forças nas lutas de classe redundam na

apropriação ou destruição pelo capital também dos elementos fundamentais das suas formas de produção do conhecimento.

Na experiência histórica do MOI, foi a partir dos movimentos de consolidação da unidade entre as massas operárias, sindicatos e partidos nas Comunidade Científica Ampliada (CCA) atuantes nas plantas de produção, que a burguesia também operou os seus interesses: foram pelos processos de reestruturação produtiva sob a descentralidade das plantas de produção, somados a incorporação de tecnologias ambientais de saúde por sindicatos, posteriormente assumido por novos técnicos no âmbito das fábricas, os manejos centrais que tensionaram as inflexões e o esgotamento do MOI.

Atualmente, à ciência não comprometida em gerar tecnologia para o capital, cabe ser destinada à clausura das prateleiras ou em círculos fechados de discussão - ainda que disponibilizados nas cadeias produtivas digitais, a exemplo das plataformas digitais de conteúdos de e para trabalhadores em formação. Potencializar a produção de uma teoria revolucionária e sua apropriação demanda um esforço consciente de ação que rompa o isolamento imposto aos membros da classe trabalhadora que reproduzem a fixação em determinada especialização com desdobramentos na divisão técnica do trabalho científico.

É nesse sentido que se faz necessário discutir os limites e potencialidades da produção do conhecimento científico pela classe trabalhadora subsumida ao capital, e pôr em movimento a produção de ciência cujos conteúdos coincidam com a necessidade histórica da emancipação humana, em outras palavras, a produção da ciência enquanto transposição para o campo do pensamento de uma necessidade histórica da classe trabalhadora em luta, não a produção de um conhecimento guiado por um postulado moral, tal como advogado por Stotz e Pina (2017).

As ciências nas experiências de produção do conhecimento pelas trabalhadoras em luta

Acredita-se ter demonstrado até aqui que, sob o capitalismo, a separação entre trabalho intelectual e manual está unificada na classe trabalhadora, portanto não carecendo de qualquer forma de PCC para tal tarefa. Assim como já demonstramos que tal unificação não é suficiente para que a produção do conhecimento científico assuma o caráter de ciência da classe trabalhadora, posto que a sua subsunção ao capital além de não ter sido superada, ainda se repõe cotidianamente pelas mãos da própria classe trabalhadora. Por esse motivo, as reflexões de Laurell (1984) sobre o MOI precisam ser revisitadas, pois nelas é possível reconhecer o avanço permitido pela PCC nos limites enquanto experiência de luta de classes a partir das questões e situação da saúde operária.

A necessária recomposição da unidade da classe trabalhadora na produção de conhecimento nas lutas de classe

Ainda que a experiência do MOI não tenha oportunizado o salto qualitativo na apropriação ampliada da ciência pela e para a classe trabalhadora, a sistematização de seus ensinamentos, sobretudo de

seus instrumentos metodológicos, permitiram que as experiências italianas pudessem direcionar a classe trabalhadora aos novos patamares na luta de classes.

No campo da Saúde Coletiva, a CCA tem inspirado a MSL a se recompor nas lutas da classe trabalhadora, logo a sustentar a produção de conhecimentos amparados na realidade concreta das trabalhadoras a partir da qualificação do diálogo entre as operárias, pesquisadoras e profissionais de saúde. Estas, entre outras experiências históricas de produção do conhecimento nas lutas da classe trabalhadora pela sua saúde, ou a situação da saúde humana no capitalismo, reapareceu como um problema a ser cercado por um novo campo teórico (PEREIRA, 2017) da relação trabalho e saúde, ainda que na institucionalidade burguesa da ciência.

Neste contexto, sob exercício crítico e de confrontação com os modelos biomédicos e sociais de saúde existentes na Saúde Coletiva Latino-americana, a MSL foi tecendo uma composição teórico-metodológica própria sob o postulado da constituição histórica das sociedades na sua relação com os processos saúde e doença das coletividades. Isso representou um avanço em relação a experiência precedente, pois bem como lembra Laurell (1984, p. 79) não havia no movimento operário uma reconceitualização da saúde, uma vez que aceitam o caráter neutro do conteúdo da ciência, ainda que em contraponto com a denúncia de que as opções tecnológicas são opções de classe. Tal avanço produzido pela fração de trabalhadores acadêmicos latino-americana articulada com organizações de trabalhadoras que assumiram pensamento crítico e postura política radical direcionada a transformação profunda da sociedade se materializa na demonstração, no nível da teorização, de que o processo saúde e doença de coletividades (da classe trabalhadora) tem determinação social (LAURELL; NORIEGA, 1989; BECHARA-MAXTA, 2022; FERRAZ; BECHARA-MAXTA, 2022)

Assim, as experiências latino-americanas ocorridas no México - e descritas nas obras produzidas pelas pesquisadoras e pesquisadores da Escola de Xochimilco¹⁶ - partiram dos acúmulos metodológicos de ação, aprendizagem e socialização do conhecimento, buscaram avançar na teorização crítica em respeito à relação entre os fenômenos (objetos de estudo) e a formação social na qual os investiga, objetivando o avanço teórico e a elaboração de respostas proporcionais às demandas apresentadas pelo trabalho. As práticas da investigação eram entendidas como movimento social uma vez que os seus objetos se desdobram no campo das lutas de classe.

Vale recordar que investigadoras da MSL teceram debates e críticas em torno da atuação do MOI por meio das CCAs, as quais identificam ambiguidades, contradições e limitações nas elaborações teóricas dos grupos acerca da relação epistemológica médica estabelecida entre trabalho e saúde, do mesmo modo sobre as contradições políticas próprias e derivadas do contexto histórico da luta em que ele se desenvolveu (BECHARA-MAXTA; EBERHARDT, 2021). Tal acúmulo permitiu que na MSL de matriz marxista, se assumisse importante posição política e de teorizações que hoje estão à disposição da classe trabalhadora mundial, ainda que produzidos a partir de contextos particulares.

As experiências de produção do conhecimento com trabalhadoras organizadas realizadas por trabalhadoras das ciências da Escola de Xochimilco permitiram que, a partir da realidade particular do desenvolvimento do capitalismo no México, fosse possível demonstrar a relação do processo de produção

e a saúde mediada pela categoria nexo biopsíquico (LAURELL; NORIEGA, 1989) resultante da relação entre as cargas de trabalho e as resistências de trabalhadoras frente às manifestações de desgaste-reprodução da sua força de trabalho subsumida às determinações materiais dos modos de produção e consumo das mercadorias (meios de produção, matéria-prima, organização, extensão e intensidade do trabalho).

Ao apreender e teorizar sobre este movimento, Laurell e Noriega (1989) pensaram coletivamente com as trabalhadoras organizadas um conjunto de outras categorias em Marx, que permitiram entender os movimentos do capital e rumar os movimentos mais acurados para resistência e enfrentamentos na conjuntura particular produção capitalista. A validação de métodos com operários e/ou com trabalhadoras organizadas e do conhecimento categorial proveniente de seus desenhos se verificou não apenas com os grupos homogêneos mexicanos nas décadas de 1970-1980, mas também por meio da disposição de trabalhadoras das ciências para a composição em investigações e intervenções em saúde ante a violência do capital sobre trabalhadoras em outros países latino-americanos nas últimas décadas.

A produção do conhecimento pela classe trabalhadora sobre as condições de exploração demanda ser permanente tendo em vista o avanço das forças produtivas do trabalho, em especial, da implementação de novas bases tecnológicas na produção e do modo que essa implementação assume enquanto resultado do consentimento ou enfrentamento operado pela classe trabalhadora ante o esgotamento das suas vidas. As trabalhadoras da ciência se apresentaram, ainda que sob os limites impostos pela institucionalidade burguesa, na composição das lutas com a classe trabalhadora.

Em Laurell (1984, p. 65):

A experiência operária, na produção e nas lutas, é necessária para conhecer a realidade, mas ela não é imediatamente reveladora de sua essência, que somente pode ser apreendida através de um processo de teorização que encontra o geral no particular e que permite a generalização de um corpo de conhecimento desprendida dos portadores particulares de determinada experiência e de uma validade que supera as situações concretas que o impulsionou¹⁷.

Logo, a transposição para o campo das ideias dos elementos determinantes da produção da saúde-doença operada pelas experiências de produção do conhecimento com operárias no México, em especial com aquelas trabalhadoras e trabalhadores ocupados na siderurgia, não apenas deu suporte para a luta das categorias profissionais daquela época, como também deixou um legado teórico do qual a classe pode se apropriar para potencializar a apreensão de suas realidades imediatas e a luta, permitindo, inclusive, novos avanços.

Esse salto qualitativo da realidade concreta do particular ao geral abstrato – na tradução dos determinantes em categoria simples que então é veículo de retorno aos particulares, permitindo o desvelar da lógica interna do objeto em sua totalidade –, é o modo verdadeiramente científico de apreender o mundo (MARX, 2011). Nesse caminho, revelam-se as contradições reais da sociabilidade capitalista e se impõem a tarefa da emancipação da alienação do trabalho e da sua forma correspondente de propriedade privada dos meios de produção enquanto uma tarefa histórica, ou seja, uma necessidade inerente ao movimento de luta entre classes sociais antagônicas e contraditórias para, no caso dos estudos em voga, a sua superação das condições que inflige uma classe ao padecimento prematuro do corpo-mente.

A produção de um conhecimento científico da e pela classe trabalhadora carece deste movimento de apreensão da totalidade para que a luta pela emancipação não se constitua enquanto um imperativo moral, obstáculo à passagem da potência da luta a sua efetivação. As críticas e combativas formas de PCC se constituem, assim, como um instrumento para driblar o isolamento dos membros da classe trabalhadora intensificado pelo aprofundamento da divisão técnica do trabalho, sendo alavanca para a luta embasada numa tradução do real concreto para concreto pensado, que por sua vez ocorre por meio de abstrações razoáveis. Em outras palavras, a luta pela apropriação da prática científica pela classe trabalhadora tem na PCC, com suas CCAs - que apresenta limitações e potencialidades engendradas na prática das lutas particulares de classe -, lugar possível para que a solidariedade de classe se efetive como característica do que é a classe trabalhadora: a diversidade na unidade.

No entanto, a herança deixada pelos processos de produção de conhecimento às lutas da classe trabalhadora, como não poderia deixar de ser, também sofre contraofensivas do capital. Afinal, a atividade de conhecer cientificamente o mundo foi apropriada pelo capital, que tem determinado as suas formas e conteúdo, dando-lhe, portanto, o caráter burguês da ciência; e, justamente por isso, essa atividade humana também compõem a luta de classes. Todo e qualquer processo de teorização sobre as necessidades históricas da classe trabalhadora que a fortaleça tem sido cobiçada pela classe burguesa, que não tarda em contra-atacar, valendo-se, por vezes do mesmo processo metodológico prático, mas com fins opostos. O Dispositivo Dinâmico de Três Polos é apenas um exemplo que traremos sucintamente aqui.

No desenvolvimento recente da ciência, em especial das chamadas ciências humanas, sociais e da saúde, um conjunto de concepções teóricas e desenhos metodológicos têm sido assumido sob a diretriz do privilégio da experiência singular do indivíduo - tomado como objeto (ainda que receba o nome de sujeito) de pesquisa - na produção do conhecimento acessada por meio do encontro entre categorias de trabalhadores e pesquisadores. Por um lado, trata-se de desdobramentos limitados das CCA do MOI, por outro, demonstram arranjos metodológicos que sobrevoam o escopo do funcionalismo e o estruturalismo.

Stotz e Pina (2017, p. 8) assim exemplificam tal desdobramento no campo da Saúde do Trabalhador sob a disciplina da Ergologia em composição da Comunidade Ampliada de Pesquisa em seu instrumento intitulado Dispositivo Dinâmico de Três Polos (DD3P):

A vertente de Oddone gerou a Comunidade Científica Ampliada (CCA), posteriormente alterada criticamente para Comunidade Ampliada de Pesquisa²⁸ [CAP] com base no chamado Dispositivo Dinâmico de Três Polos (DD3P) desenvolvido por Schwartz²⁹. Nas três propostas, os conhecimentos produzidos por diferentes disciplinas científicas, de um lado, e os saberes da experiência dos trabalhadores, de outro, recorrem, para sua efetivação, à mediação de um terceiro polo: na CCA, trata-se da “consciência de classe”, embora genérica, sem explicitação ou definição, estava interiorizada e era comum a todos os participantes; no DD3P e na CAP, a mediação é do polo da “ética” compreendida no quadro de uma “filosofia da humanidade”, afastando-se da “consciência de classe”. Os três dispositivos introduzem na relação ciência e experiência a mediação de um terceiro polo, um ente externo às relações em que os dois, ciência e experiência, estão imersos, ou seja, o processo histórico. Laurell¹³ apontou os problemas na proposta de Oddone em considerar a experiência (do grupo homogêneo) como expressão direta da experiência da classe. No entanto, a ergologia, com o DD3P e a CAP, direcionou esses dispositivos para outro problema: a construção do conhecimento imediato entre empregados, técnicos e gestores, um enfoque diferente das lições da experiência italiana assentada na crítica à gestão e organização capitalista do trabalho.

Acerca disso, merecem apontamentos a constituição do sujeito histórico e sua consciência correspondente. Stotz e Pina (2017) acertam em denunciar que a CAP, sob o DD3P, constitui-se enquanto experiências distintas das italianas, sobretudo porque na composição das CAPs não se busca a formação de um grupo homogêneo no sentido da composição de um coletivo formado por trabalhadores/as atuantes em diferentes atividades laborais que produzem conhecimento, cientes de seu pertencimento à classe e da necessária solidariedade intraclasse para o enfrentamento com a classe que as/os explora; mas de um grupo que pensa as condições e relações de trabalho subsumidas ao capital enquanto indivíduos comprometidos com a ética.

Como demonstra Albinati (2020), esta não pode ser outra, senão a ética engendrada pelas relações capitalistas, trata-se assim de uma ética que reforça as condições de exploração. Nesta reprodução, a ciência se reafirma burguesa, pois a classe capitalista lança mão do isolamento em que somos postas/os pela divisão técnica do trabalho para, coletivamente, sob novos conceitos e desenhos metodológicos das CAPs, aperfeiçoar a organização que nos isola e explora. Neste movimento, a burguesia reajusta pelo método o lugar da experiência da classe trabalhadora no processo, em nome da defesa da saúde de trabalhadoras.

Se para Laurell (1984) a experiência permite a produção de conhecimento para a ação de transformações contingentes e necessária à classe trabalhadora, nas CAPs, sustentado pelo DD3P, a experiência imediata assume o estatuto de verdade científica, amparada justamente em teorizações que negam a capacidade de o intelecto operar abstrações e desvelar os traços comuns que ligam operadores, técnicos, gestores e cientistas nas relações sociais capitalistas. Em suma, a decadência da ciência burguesa - derivadas do realismo científico ou do pós-modernismo filosófico sob correntes interacionistas, funcionalistas ou pragmáticas - está expressa no maniqueísmo dos métodos participacionistas que somente podem igualar, em termos de estatuto científico, a experiência imediata às teorias e conceitos, por também serem estes últimos tão somente a descrição fenomênica imediata.

Tal forma de equiparação de modo algum é assumida pelas formas de PCC pautadas pela apreensão material e histórica do real nas lutas da classe trabalhadora. A importância da experiência das trabalhadoras se dá porque é a prática a usina onto-societária do pensamento (VAISMAN, 2006). O pensamento inicia o caminho de apropriação do mundo da forma como este lhe aparece: de forma imediata (MARX, 2017); a partir daí atua para apreender a totalidade do ser em sua raiz, movimento imprescindível para que a ciência se torne a consciência da necessidade histórica para a classe que a produz.

Eis porque, embora um trabalhador da ciência possa isoladamente produzir um conhecimento que demonstre a necessidade da superação da alienação do trabalho para a produção de uma sociedade emancipada, isso pode surtir pouco efeito social, visto que o que transforma o mundo não é a mera interpretação dele, mas a ação voltada à sua transformação ou ação operada coletivamente. Então, voltamos aqui ao que Laurell (1984, p. 64) já apontava sobre a “necessidade de um projeto científico como parte do projeto de classe¹⁸”

Ao defender a necessidade de uma produção científica voltada a um projeto de classe, a questão do sujeito do processo científico é levantada sob a defesa da luta dos trabalhadores pelo domínio coletivo das

ciências e das suas técnicas ao seu projeto revolucionário. Não esqueçamos que o capital subsume a prática científica dando a ela seu horizonte de desenvolvimento, mas isso não torna todo o conhecimento produzido inverdades sobre o ser. Tal conhecimento é conteúdo da capacidade de trabalho de uma parte da classe trabalhadora: somos cientistas, biólogos/as, engenheiros/as, etc.; e a apreendê-lo criticamente é necessário para que aqueles e aquelas que atuam cotidianamente em processos produtivos, cujas cargas físicas-biológicas que constituem seu nexos biopsíquico determinando manifestações de saúde-doença, possam melhor resistir, lutar e transformar a realidade conforme a radicalidade necessária à emancipação humana. É também neste sentido que a PCC que assumimos opera: a experiência imediata permite apreender a ciência burguesa e questioná-la; questões que são alavanca para a produção de uma nova ciência cujo conteúdo comprometido com o desvelar do ser em sua totalidade ensaja o projeto de sociedade necessário à classe trabalhadora.

Considerações finais

O conhecimento científico produzido conforme necessidades do movimento de valorização do valor, sobretudo no campo das assim chamadas ciências sociais e da saúde, e humanidades, por um lado, são ciências que constroem idealmente os objetos que estudam (FERRAZ; CHAVES; FERRAZ, 2018) delimitando-os por meio dos instrumentos da razão e afirmando a impossibilidade de conhecer a realidade social em si, portanto, trata-se de um conhecimento limitado enquanto expressão da apreensão das contradições sociais. O conhecimento sobre esses objetos produzidos por regras da ciência moderna é fragmentado e não atinge os elementos das práticas históricas que, de fato, o determinam, mas sim, apenas a aparência criada pelas lentes da racionalidade, bem como as leis que podem explicar e atuar somente sobre seus contornos imediatos (FERRAZ; CHAVES; FERRAZ, 2018).

Por outro lado, a crítica epistêmica à razão e aos seus limites, sem colocar em tela as condições sociais que colocaram e colocam aquela teórica, mantém intactas as contradições reais enquanto suplanta a possibilidade de qualquer conhecimento inaugurando uma nova fase da irracionalidade (PAÇO-CUNHA; FERRAZ, 2015) e restaurando o domínio da doxa, quando então, a opinião sobre o mundo é tomada como a verdade de cada cuja multiplicidade comprovaria a impossibilidade de um conhecimento científico que expresse o ser dos objetos. A limitação à produção de um conhecimento das relações sociais na ciência moderna passa pelo irracionalismo (impossibilidade da existência de uma razão que conhece), o que não é um acaso, na medida em que ir além das aparências dos fenômenos sociais e do senso comum que se engendram nas experiências imediatas de cada um e cada uma pode evidenciar justamente os processos que atuam a partir dos e para os interesses do capital.

Decorre daí a necessidade de estar alerta a lógica interna do campo científico e traçar caminhos para enfrentá-lo no bojo da luta de classes, visto que uma ciência que mergulha nas relações de produção que constituem a vivência objetiva e subjetiva de trabalhadores/as é uma arma contra a manutenção e a reprodução da exploração e, por isso, os modos radicais de fazer ciência tendem a ser enfraquecidos nos

meios acadêmicos; ainda que esta atividade, pela divisão técnica do trabalho, tenha sido lançada aos ombros de um estrato da classe trabalhadora.

Na esteira das provocações de Bechara-Maxta e Eberhardt (2021), cabe-nos avançar no entendimento do que Laurell (1984) aponta ser a necessidade da produção de um processo científico como parte de um projeto de classe, como modo de ultrapassar os aspectos e demandas particulares da classe e apreender a universalidade da condição de classe em luta pela emancipação humana. É nesse sentido que a produção de conhecimento científico radical, isto é, conhecimento que apreende o real pela raiz prescinde do instrumento técnico-científico da PCC; porém, sem este, não se tem um projeto científico da, para e com a classe trabalhadora - o que reduz a potência do conhecimento a mera interpretação do mundo, enquanto o que importa é transformá-lo (MARX, 2007).

Os desenhos de investigação e intervenção assim constituídos pelas experiências combativas de PCC, cada qual sob os limites de quem os constrói na materialidade do capital, é, assim, um caminho oportuno para alavancar a constituição de um sujeito histórico na coletividade, razão pela qual não podemos considerar a experiência operária apenas como experimento na relação com a ciência tal qual postulado por Stotz e Pina (2017).

A experiência operária é aquela vivida coletivamente, mas sentida individualmente nos processos de trabalho e igualmente nas atividades da reprodução da vida de cada um e cada uma; experiência operária é também resistência individual e luta coletiva. A experiência é o particular vivido determinado pelo modo de reprodução geral que, como já discutido, produz o isolamento das frações de classe com base na divisão técnica do trabalho. A PPC que defendemos pode ser a prática científica acionada para driblar o isolamento de cada indivíduo, de cada grupo, de cada categoria profissional tomando as experiências como elas são: produtos de uma sociabilidade contraditória; sociedade que, tem como seu sujeito produtor o trabalhador coletivo, a força produtiva engendrada na cooperação que opera pelo isolamento do indivíduo e pela concorrência (relações contraditórias na interdependência da individualidade moderna). Resta-nos, igualmente, atuar na transmutação desse trabalhador coletivo em um sujeito revolucionário.

O entendimento de sujeito revolucionário é aquele forjado objetiva e subjetivamente nas e pelas lutas particulares que avançam rumo à necessidade histórica da luta pela “emancipação da ordem social burguesa”, superando os seus interesses imediatos posto pela divisão técnica do trabalho subsumida ao capital. (COTRIM, 2015).

A constituição e o movimento necessário à dissolução dessa sociabilidade não se farão espontaneamente. A experiência do MOI compôs um ato de resistência e enfrentamento no curso da história das lutas de classe no capitalismo. Com todas as suas limitações e contradições, ela possibilitou avançar na construção de um instrumental técnico-científico implicado nos movimentos da classe trabalhadora que revelou ser a saúde uma questão a defender, logo movimento de luta contra os elementos de determinação social capitalista das suas manifestações nas formas de adoecimentos e esgotamentos da reprodução da vida operária. Por “A saúde não se vende, nem se delega, se defende” outros desenhos combativos de PCC se constituíram e mobilizam, na materialidade e violência do capital, novas composições

de investigação e intervenção entre trabalhadoras que operam e/ou produzem as ciências sob a insígnia erguida: Trabalhadores e Trabalhadoras do mundo, uni-lo-emos!

Referências:

- ALBINATI, A. S. C. B. LIBERALISMO, DEMOCRACIA E A QUESTÃO DO TRABALHO. Belo Horizonte: **Sapere Aude**, 11(21), 82-99, 2020.
- BECHARA-MAXTA, B. S.; EBERHARDT, L. D. A construção compartilhada do conhecimento com trabalhadores na luta pela saúde: experiências para o debate. *In*: PINA et al. (Eds.). **Saber operário: construção de conhecimento e a luta dos trabalhadores pela saúde**. São Paulo: Hucitec, 2021. p. 62–86.
- BECHARA-MAXTA. **Processo de produção e saúde: o enfrentamento do desgaste operário no Vale do Aço**, Minas Gerais – Brasil. Tese de Doutorado, RJ: Fiocruz, 2022.
- COTRIM, V. **Trabalho, Conhecimento, valor: Marx frente a uma contradição atual**. 2015. Orientador: Jorge Grespan. 469p. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em História Econômica, USP, São Paulo, 2015.
- FERRAZ, D. L. S.; BECHARA-MAXTA, B. S. Trabalho e Saúde no Setor Bancário: resgate do pensamento crítico marxista da medicina social latino-americana. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 28, p. 662-696, 2022.
- FERRAZ, D. L. S.; CHAVES, R. H. S.; FERRAZ, J. de M.. Para além da epistemologia: Reflexões necessárias para o desenvolvimento do conhecimento. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 1–30, maio 2018.
- FERRAZ, D. L. S.. Queremos saber? A necessidade de uma ciência radical. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO**, v. 6, p. 1427-1438, 2022.
- GRAMSCI, A. **Americanismo e Fordismo**. São Paulo: Hedra, 2008.
- JAUBERT, A. LÉVY-LEBLOND, J. M.. **(Auto)crítica de la ciencia**. México: Nueva Imagen, 1980.
- LAURELL, A. C. Ciencia y experiencia obrera: la lucha por la salud en Italia. **Cuadernos Políticos**, v. 41, p. 63–83, 1984.
- LAURELL, A. C.; MÁRQUEZ, M. **El desgaste obrero en México: proceso de producción y salud**. México DF: Ediciones Era, 1983.
- LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário**. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MARX, K. Capital e Tecnologia. *In*: MARX, K. **Manuscritos Inéditos (1861-1863)**. México DF: Terra Nova, 1980.
- MARX, K. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, K. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.
- MARX, K. **O Capital – livro 1: crítica da economia política: o processo de produção do capital**. Boitempo Editorial, 2013.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- PAÇO-CUNHA, E.; FERRAZ, D. L. S.. Marxismo, Estudos Organizacionais e a luta contra o irracionalismo. **Organizações & Sociedade**, v. 22, n. 73, p. 193–198, abr. 2015.
- PEREIRA, M. de S.. Movimento Operário Italiano, Ivar Oddone e a Instrução Ao Sósia. **Trabalho & Educação**, v. 26, n. 3, p. 13–25, 2017.

STOTZ, E. N.; PINA, J. A. Experiência operária e ciência na luta pela saúde e a emancipação social. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, 2017. v. 42, 2017.

VAISMAN, E. A usina onto-societária do pensamento. **Verinotio—Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas**, n. 4, p. 24-24, 2006.

Notas

¹ Doutor em Saúde Pública. Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais. [Núcleo de Estudos Críticos Trabalho e Marxologia](#) (Nec-TraMa/Rede TraMa). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8474286002551666>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8946-4992>. E-mail: brunobechara@ufmg.br

² Doutora em Administração. Departamento de ciências Administrativas da Universidade Federal de Minas Gerais. [Núcleo de Estudos Críticos Trabalho e Marxologia](#) (Nec-TraMa/Rede TraMa). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5291366705941686> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8946-4992>

³ Doutora em Administração. Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. [Núcleo de Estudos Críticos Trabalho e Marxologia](#) (Nec-TraMa/Rede TraMa). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6047443183161152> Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3668-4195>. Email: janaynna.ferraz@ufrn.br

⁴ Bacharel em Psicologia. [Núcleo de Estudos Críticos Trabalho e Marxologia](#) (Nec-TraMa/Rede TraMa). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5175040270459311> Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-8830-7038>. E-mail: hamacekcecilia@gmail.com.

⁵ Este artigo é produto de um projeto de pesquisa-intervenção desenvolvido com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG – através da concessão de bolsas de ensino e Auxílio Financeiro (número do processo: APQ-03774-22)

⁶ Cabe destacar que o termo monetização, aqui, refere-se a prática dos capitalistas de atribuir um preço às perdas das capacidades físicas e mentais dos trabalhadores quando comprovado que tal perda é fruto das condições de trabalho. Assim, por exemplo, no Brasil, um trabalhador que perde um dedo em acidentes de trabalho pode receber uma indenização que vai de 20 a 40 vezes o salário recebido. Um trabalhador que recebe um salário-mínimo poderá, ao perder seu dedo, receber 40 salários-mínimos.

⁷ ¿Estamos frente a una vía distinta de generar el mismo conocimiento o, por el contrario, los cambios metodológicos originan un nuevo conocimiento no generable por otra vía? (LAURELL, 1984, p. 73).

⁸ “concepción de la salud obrera que está implícita en las luchas por ella” (LAURELL, 1984, p. 74),

⁹ “reapropiación de los modelos científicos dominantes y la recuperación de la experiencia obrera” (LAURELL, 1984, p. 76)

¹⁰ “el capital no crea la ciencia, sino la explota apropiándose de ella en el proceso productivo”

¹¹ “se eligen las opciones tecnológicas que garantizan la dominación burguesa sobre el proletariado” (LAURELL, 1984, p. 63).

¹² Nas diferentes épocas históricas pré-capitalistas – determinadas por modos de produção escravistas, servis – o conhecimento sobre a natureza e sobre as relações sociais foi produzido no seio das classes dominantes, pelos membros da classe dominante sob finalidade primeira de ampliação do domínio das relações comunitárias que uma forma específica de propriedade gerou (por exemplos, a produção de conhecimento sobre navegação, guerra etc.).

¹³ Operárias(os) da ciência ou trabalhadoras(es) da ciência é o termo que utilizamos para nos referir ao grupo social, comumente chamado de cientistas. Este termo remete a uma divisão técnica do trabalho, porém, por si só, subtrai a determinação de que essa tarefa foi transferida para os ombros de membros da classe trabalhadora. Em outras palavras, subtrai o fato de que domina na produção do conhecimento a relação de assalariamento.

¹⁴ Importante destacar que a reprodução da sociabilidade capitalista é incontrollável por seus agentes por estar determinada pela necessidade histórica de autovalorização do valor existente por meio da socialização do trabalho que é efetivada enquanto produção privada. Sendo assim, os capitalistas privados acionam a racionalidade para controlar o máximo possível o processo de exploração – e as ciências administrativas é campo fértil para a produção dessas técnicas de controle -, porém a realização do mais-valor só ocorre no confronto na esfera da circulação, onde reina a expressão do valor em sua forma de valor de troca, e mais especificamente, na forma preço; e nessa esfera o que reina é a concorrência.

¹⁵ Cabe frisar que a esfera da ciência, assim como as demais esferas das atividades humanas, desenvolve-se conforme uma lógica interna que decorre do objeto a qual se refere, no caso da ciência, a possibilidade humana de conhecer efetivamente o existente fora do humano. Neste sentido, há mais de 5 mil anos a humanidade se ocupa do debate acerca da possibilidade e o meio de conhecer. São exemplos desse debate as considerações de Platão, Aristóteles, Bacon, Descarte, Kant, Hegel e muitos outros depois deles. Aqui apenas listamos os nomes mais conhecidos. Resulta desses debates modos de produzir conhecimento que, comumente, denominamos de positivismo, método compreensivo, fenomenologia, funcionalismo, estruturalismo, pós-estruturalismo, irracionalismo, etc.

¹⁶ A Escola de Xochimilco é alcunha no campo da Saúde Coletiva Latino-americana que reconhece o pensamento crítico marxista sobre a relação social capitalista e a saúde da classe trabalhadora por trabalhadoras e trabalhadores das ciências lotadas/os no Departamento de Medicina Social da Universidad Autónoma Metropolitana – Unidad Xochimilco (UAM-X), no México, entre as décadas de 1970 e 1980. A UAM-X foi criada em um contexto de efervescência social e política na América Latina, quando a Saúde Coletiva emergia como campo crítico científico e político frente aos modelos biomédicos epidemiológicos hegemônicos os quais instituíram os serviços assistenciais e/ou sistemas de saúde sob os regimes ditatoriais do capital na região.

¹⁷ *La experiencia obrera, en la producción y en las luchas, es necesaria para conocer la realidad, pero no es inmediatamente reveladora de su esencia, que sólo puede ser desentrañada a través de un proceso de teorización que encuentra lo general en lo particular y que permite la generación de un cuerpo de conocimiento desprendible de los portadores particulares de determinada experiencia y de una validez por encima de las situaciones concretas que lo impulsó.*

¹⁸ *“la necesidad de un proceso científico como parte del proyecto de clase”* (LAURELL, 1984, p. 64).

Recebido em: 11 de set. 2024

Aprovado em: 20 de dez. 2024